

MEMORANDO INTERNO Nº 38/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 20/2022

Interessado: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - ARP Nº 124/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI, às fls. 3.025/3.033, sobre o pedido de cancelamento do item **Nº 53 - BROMOPRIDA 4 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)**.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 08 de fevereiro de 2023



ANDRESSA VIEIRA GOMES DA SILVA

Chefe interina do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

08/02/2023

ASS: Elton

Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico
OAB/SP 369.076

licitacaocompra@ciop.sp.gov.br

De: Vendas <vendas@cmhfarmaceutica.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 8 de fevereiro de 2023 09:29
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Cc: diretoria@cmhfarmaceutica.com.br
Assunto: RES: Proposta de Reequilíbrio Bromoprida Empresa CMH
Anexos: Comunicado de Descontinuação Bromoprida Mariol.pdf; Unither Pharmaceuticals anuncia aquisição da Mariol Industrial.pdf; Pedido de cancelamento do Bromoprida Mariol.pdf

Prezados, bom dia!

Segue em anexo, **pedido de cancelamento do item pela descontinuação do produto Bromoprida**. Aguardo retorno com o aceite da solicitação para que possamos resolver a situação de forma amigável e menos onerosa.

Atenciosamente,



Everaldo Fermino
Vendedor
Fone: (44) 3255-3774 | (44) 99156-3651
Rua Dr. Mário Clapier Urbinatti, 1434, Jardim Canadá
CEP: 87080-120 | Maringá - PR
CNPJ: 23.228.076/0001-74
CMH - Central de Medicamentos Hospitalares - Eireli

De: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br [mailto:licitacaocompra@ciop.sp.gov.br]
Enviada em: terça-feira, 7 de fevereiro de 2023 11:16
Para: 'Vendas' <vendas@cmhfarmaceutica.com.br>; vendas2@cmhfarmaceutica.com.br
Assunto: RES: Proposta de Reequilíbrio Bromoprida Empresa CMH

Bom dia!

Segue decisão para conhecimento.

Atenciosamente.



Sabrina S. de Jesus
Estagiária - Setor de Licitação
Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP
Presidente Prudente-SP
Tel.: (18) 3223-1116 – Ramal 204

De: Vendas <vendas@cmhfarmaceutica.com.br>
Enviada em: terça-feira, 10 de janeiro de 2023 17:27
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Assunto: ENC: Proposta de Reequilíbrio Bromoprida Empresa CMH

Prezados/as, boa tarde!

3026
78

Solicito análise imediata da proposta de Reequilíbrio de preços, pois várias cidades credenciadas a estes Consórcio de Saúde estão emitindo nossos pedidos, além disso o item está em falta e racionamento. Posto isso, pedimos urgência na análise da questão. Caso a proposta seja recusada, peço por gentileza que destine o produto aos demais colocados no certame.

Atenciosamente,
Everaldo

De: Vendas [<mailto:vendas@cmhfarmaceutica.com.br>]

Enviada em: terça-feira, 10 de janeiro de 2023 15:59

Para: 'licitacaocompra@ciop.sp.gov.br' <licitacaocompra@ciop.sp.gov.br>

Assunto: ENC: Proposta de Reequilíbrio Bromoprida Empresa CMH

De: Vendas 2 [<mailto:vendas2@cmhfarmaceutica.com.br>]

Enviada em: segunda-feira, 9 de janeiro de 2023 17:03

Para: 'Vendas' <vendas@cmhfarmaceutica.com.br>

Assunto: Proposta de Reequilíbrio Bromoprida Empresa CMH

Bom dia,

Segue em anexo a proposta de reequilíbrio do Bromoprida 4MG;ML GTS para o Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista, bem como as NF's referentes ao reajuste.

Atenciosamente,
Vinicius



CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES

CNPJ: 23.228.076/0001-74

I.E: 907.03460-76

Rua Dr. Mário Clapier Urbinatti, 1434 – Jardim Canadá – Maringá – PR.

Tel: (44) 3255-3774 | vendas2@cmhfarmaceutica.com.br | www.cmhfarmaceutica.com.br

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA-SP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2022

Assunto: Pedido de cancelamento item nº 53– pela comprovada descontinuação do produto

A Empresa CMH – Central de Medicamentos Hospitalares – EIRELE, devidamente inscrita no CNPJ: 23.228.076/0001-74, com sede à Avenida Doutor Mario Clapier Urbinatti, nº 1434, Jardim Canada, CEP: 87080-120, no município de Maringá-PR. Neste ato representada por seu proprietário Leandro Rossoni, portador da Carteira de Identidade nº 9927733-5 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 068074369-39. Vem respeitosamente *apresentar o* **PEDIDO DE CANCELAMENTO DE ITEM**, pela comprovada descontinuação do medicamento, com fundamento no art. 17 do Decreto Federal nº 7.892/2013, subsidiariamente nos termos do art. 65, inciso II alínea “d” da Lei 8.666, pelas razões e justificativas a seguir aduzidas:

1 – DOS FATOS



CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES

CNPJ: 23.228.076/0001-74

I.E: 907.03460-76

Rua Dr. Mário Clapier Urbinatti, 1434 – Jardim Canadá – Maringá – PR.

Tel: (44) 3255-3774 | vendas2@cmhfarmaceutica.com.br | www.cmhfarmaceutica.com.br

No caso em tela esse Órgão emitiu através de seus municípios credenciados inúmeras Autorizações para a aquisição do insumo **“Bromoprida 4 mg/ml gotas”**. Dessa forma, a Empresa CMH – Central de Medicamentos Hospitalares – EIRELE, vem através informar que foi comunicado no dia 11 de janeiro de 2023, pelo laboratório Unither/Mariol que o Medicamento em comento foi descontinuado permanentemente, entretanto os usuários podem buscar junto ao médico e profissionais da saúde, outras alternativas terapêuticas.

É importante de antemão destacar que, essa manifestação decorre da decisão do fabricante, o qual decidiu através de políticas internas encerrar a fabricação do produto susograftado, pois o mesmo era fabricado pelo Laboratório Unither/Mariol e comercializado pelo Laboratório Pharlab, que por sua vez, decidiram encerrar sua parceria. Neste caso, os consumidores que ainda possuem o produto em estoque, o mesmo mantém a qualidade e eficácia do medicamento, estando decisão pautada apenas em renovação de portfólio.

Desta forma, verifica-se que **não houve qualquer violação da Notificada, que adotou todas as medidas cabíveis para a manutenção regular do cumprimento licitatório**. Ocorre que, a Requerente interpôs pedido de reequilíbrio de preços de acordo com o valor da última remessa que recebeu do medicamento, a qual foi recusada pelo órgão, para que posteriormente pudesse realizar uma possível troca de marca, pois os produtos de outros Laboratórios possuem maior valor agregado ao medicamento, sendo o Mariol/Unither o melhor custo benefício, o que impossibilita cumprir a vigência da Ata de Registro de Preços no decorrer de 1 ano.

Por fim, novamente ressalta-se que a não entrega do medicamento não ocorrera por ação/omissão desta Notificada, mas sim em razão da descontinuação do medicamento verificado junto à fabricante.

Frente ao explanado, justifica-se as razões de fato e de direito, onde se pede que seja:

(1) – Concedido o cancelamento do item nº 53. Uma vez que, a falta do insumos e delongas nas entregas impossibilita a contratada de realizar a entrega, tendo em vista, as demonstrações anexas que comprovam as tentativas da Contratada em honrar com a Contratante, não tendo êxito, devido a falta do medicamento. Requer-se com fulcro no art. 21, inciso II do Decreto Federal nº 7.892/2.013.

Ainda para que não haja dúvida quanto à presença dos elementos que garantem o afastamento da imputação do descumprimento pactuado por parte da Peticionária CMH – Central de Medicamentos Hospitalares, ou seja, o descumprimento da entrega do (s) pedido (s) solicitado pelo ínclito Consórcio



CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES

CNPJ: 23.228.076/0001-74

I.E: 907.03460-76

Rua Dr. Mário Clapier Urbinatti, 1434 – Jardim Canadá – Maringá – PR.

Tel: (44) 3255-3774 | vendas2@cmhfarmaceutica.com.br | www.cmhfarmaceutica.com.br

Intermunicipal do Oeste Paulista, abordaremos os institutos do “caso fortuito”, “força maior”, oriundo de fatos imprevisíveis, com consequências incalculáveis, diga-se de passagem, previsão já contida no Decreto Federal 7.892/2.013, em seu art. 21¹ e seguintes. Sobre as expressões em destaque:

“caso fortuito”, “força maior” e “devidamente comprovados”, diga-se o, que se segue.

O Código Civil de 2002 - disciplina as figuras do “caso fortuito” e da “força maior” em seu art. 393 como uma forma de extinção da obrigação que seria decorrente do inadimplemento de um negócio jurídico:

“O DEVEDOR NÃO RESPONDE PELOS PREJUÍZOS RESULTANTES de caso FORTUITO OU FORÇA MAIOR, se expressamente, não se houver por eles responsabilizado. Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar ou impedir.”

Comentando tal dispositivo, assim se manifesta a sapiente doutrina² sobre o tema:

“Nas hipóteses de força maior ou caso fortuito, DESAPARECE O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O INADIMPLEMENTO E O DANO, de modo que não haverá obrigação de indenizar. Trata-se, portanto, de causa excludente da responsabilidade civil, CONTRATUAL OU EXTRACONTRATUAL. 6 (...) embora a lei não faça distinção entre tais figuras, o caso fortuito representa fato ou ato estranho à vontade das partes (GREVE, GUERRA etc.); enquanto a força maior é a expressão destinada a aos fenômenos naturais (RAIO, TEMPESTADE, PANDEMIA etc.). A característica mais importante dessas excludentes é a INEVITABILIDADE, isto é, a impossibilidade de serem EVITADAS POR FORÇAS HUMANAS.”

É cediço que a Contratada é dependente do fornecimento do objeto deste contrato, assim, o descumprimento decorreu de fator absolutamente alheio à vontade da Recorrente, mas exclusivamente por falha do fabricante que não dispunha de matéria-prima para suprir a demanda do país

Reiteramos que, em nenhum momento tivemos a intenção de afetar o bom funcionamento dessa municipalidade e sabemos da importância desse medicamento para o sistema, mas devido a um caso fortuito e superveniente estamos impossibilitados de honrar com o contrato firmado. Por se tratar-se de sistema de ARP, o Decreto Federal n.º 7.892/2.013 e suas alterações, Decreto Federal n.º 8.250/2.014, revela

¹ Art. 21. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados: II - a pedido do fornecedor.

² Hamid Charaf Bdine Jr. in Código Civil Comentado, Coordenador: Ministro Cezar Peluso, Barueri, SP: Manole, 2007, pág. 282.



CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES

CNPJ: 23.228.076/0001-74

I.E: 907.03460-76

Rua Dr. Mário Clapier Urbinatti, 1434 – Jardim Canadá – Maringá – PR.

Tel: (44) 3255-3774 | vendas2@cmhfarmaceutica.com.br | www.cmhfarmaceutica.com.br

as garantias para ambas as partes, em especial neste caso, a garantia que a Peticionária CMH – Central de Medicamentos Hospitalares possui em pedir e ter deferido **o pedido de cancelamento do item nº 053.**

Na oportunidade desta manifestação constitucional – justificada URGENTE, com pedido de Cancelamento do item nº 53 no Pregão Eletrônico nº 20/2022, pois o produto foi descontinuado por tempo indeterminado..

Dessa forma, em que pesem as manifestações e embates praticados apenas no campo das ideias e dentro do ordenamento jurídico, protesto a mais elevada estima e distinta consideração por este inclito município, em especial, a Comissão de Licitação/Pregoeiro e Autoridade Superior.

Nestes termos, com o respeito devido e habitual, pede o deferimento!

“ à Justiça³ é uma constante e perpétua vontade de viver honestamente, não prejudicar a outrem e dar a cada um o que lhe pertence.”

LEANDRO
ROSSONI:06
807436939

Assinado de forma
digital por LEANDRO
ROSSONI:0680743693
Dados: 2023.02.08
09:27:28 -03'00'

Proprietário

Maringá, 08 de fevereiro de 2023.

³ JUSTINIANO, Imperador Bizantino – 483 -565 DC.

**# IMPRIMIR**

23/01/2016 - 07:12

Unither Pharmaceuticals anuncia aquisição da Mariol Industrial

E investimentos de R\$ 10 milhões na fábrica. Com a operação, empresa especializada na terceirização de serviços para a indústria farmacêutica quer ampliar o mercado no País e na América do Sul.

São Paulo — A Unither Pharmaceuticals, empresa de origem francesa referência em terceirização farmacêutica na área dos líquidos e líder global em tecnologias de dose única, anuncia a aquisição da Mariol Industrial, localizada em Barretos (SP), cuja atividade se concentra no desenvolvimento e terceirização para a indústria farmacêutica, e que conta atualmente com 156 colaboradores.

Com a operação, a Unither Pharmaceuticals fortalece suas aspirações no Brasil, ofertando soluções personalizadas na área dos líquidos (P&D, terceirização de produção e registro de produtos) para a indústria farmacêutica nacional. O investimento será estratégico também para ampliar o mercado para os produtos e tecnologias da companhia para toda a América do Sul.

Em virtude de sua expertise, a Unither Pharmaceuticals oferece aos clientes diferentes possibilidades de cooperação, desde a Terceirização Estratégica, em que a empresa atua como um parceiro para terceirizar todas as fases de produção, da fabricação à embalagem, passando pelo desenvolvimento e fabricação de novas embalagens e apresentações para medicamentos existentes, até o desenvolvimento de produtos inovadores, prontos para serem rotulados e comercializados com a marca do cliente.

"Em 2016, o Brasil deverá tornar-se o sexto maior mercado farmacêutico do mundo e a Unither Pharmaceuticals quer reforçar com esta aquisição a crença no potencial do mercado brasileiro", afirma o Diretor-executivo Frédéric Larre, responsável pelo desenvolvimento de novos negócios da companhia na América do Sul. Segundo o executivo, com a aquisição, a empresa deseja manter os empregos, ampliar a linha de produtos, investir em novas tecnologias, como BFS e sachês stick-pack, além de ampliar o mercado a toda a América Latina.

Segundo Larre, a Unither prevê em 2016 investir R\$ 10 milhões em linhas de produção e equipamentos na nova unidade.

"Soluções personalizadas em serviços e terceirização são cada vez mais procuradas pela indústria farmacêutica brasileira e internacional que quer atuar no Brasil e a crise reforçou isso. Em vez de construir novas plantas, os laboratórios estão procurando alternativas para fabricar medicamentos. A terceirização é um caminho, aliando custo, qualidade e eficiência", conclui o executivo.

"Consideramos a aquisição da Mariol Industrial pela Unither Pharmaceuticals uma operação benéfica tanto para os funcionários da empresa quanto para a própria cidade de Barretos, em virtude da expertise da companhia e do investimento previsto em novas tecnologias. Além disso, acreditamos na sinergia que existirá entre a Unither Pharmaceuticals e a Rio Química, outra empresa do grupo, líder em produtos voltados ao combate à infecção hospitalar", afirma o atual presidente da Rio Química e ex-presidente da Mariol Industrial, José Antonio de Oliveira.

A Unither Pharmaceuticals nasceu na França, em 1993, e especializou-se na fabricação de doses estéreis unitárias para a indústria farmacêutica. A expansão internacional da empresa teve início ainda na década de 90, seguindo-se pela diversificação de produtos e serviços para atender novas demandas dos clientes. Entre elas a terceirização completa de serviços, oferecendo soluções que envolvem desde o desenvolvimento e a fabricação de uma nova apresentação para um medicamento existente, até o desenvolvimento de novos produtos com a marca dos clientes.

A empresa chegou ao Brasil em 2011, onde instalou um escritório comercial. Atualmente a Unither Pharmaceuticals tem 1.100 funcionários na França, Estados Unidos e Brasil, e conta agora com 6 unidades fabris, 2 escritórios comerciais e 1 Centro de Pesquisa e Desenvolvimento.

Em 2015, o faturamento global da Unither foi de € 250 milhões (cerca de R\$ 1,1 bilhões).

◆ Copyright 2006 **Fator Brasil**. Todos os direitos reservados.

Barretos, 11 de janeiro de 2023

COMUNICADO

Prezados(as),

A **UNITHER INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA.**, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 04.656.253/0001-79, com sede na Avenida Mario de Oliveira, nº 605, bairro Distrito Industrial II, na cidade de Barretos, estado de São Paulo, vem por meio deste informar a **DESCONTINUAÇÃO DE FABRICAÇÃO** dos medicamentos listados abaixo para a empresa **Pharlab Indústria Farmacêutica Ltda**, por motivos comerciais.

Produtos e apresentações:

- **Bromoprida 4mg/mL:**

4MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 20 ML (Reg. M.S. 1.6241.0015.001-3);

4MG/ML SOL OR CX 48 FR PLAS OPC X 20 ML (EMB HOSP) – (Reg. M.S. 1.6241.0015.002-1) ;

4MG/ML SOL OR CX 96 FR PLAS OPC X 20 ML (EMB HOSP) – (Reg. M.S. 1.6241.0015.003-1);

- **Cloridrato de metoclopramida 4mg/mL:**

4 MG/ML SOL OR CT FRAS PLAS OPC GOT X 10 ML – (Reg. M.S. 1.6241.0004.001-3)

4 MG/ML SOL OR CX 48 FRAS PLAS OPC GOT X 10 ML – (Reg. M.S. 1.6241.0004.002-1)

4 MG/ML SOL OR CX 96 FRAS PLAS OPC GOT X 10 ML – (Reg. M.S. 1.6241.0004.003-1)

- **Loratadina 1mg/mL:**

1 MG/ML XPE CT FR PET AMB X 100 ML + CP MED – (Reg. M.S. 1.6241.0007.001-1)

1 MG/ML XPE CX 48 FR PET AMB X 100 ML + 48 CP MED (EMB HOSP) – (Reg. M.S. 1.6241.0007.002-8)



ESCRITÓRIO COMERCIAL

Alameda Santos, 1165 | CEP 01419-002 | Cerqueira César - SÃO PAULO/SP - BRASIL | Tel +55 (11) 4081-1121



UNIDADE FABRIL

Av. Mario de Oliveira, 605 | CEP. 14781-160 | Dist. Ind. II - Barretos - SP | BRASIL | Tel +55 (17) 3321-0021

Dessa forma, devido à descontinuação da fabricação acordado entre as partes (Unither x Pharlab), os produtos listados acima **não serão mais comercializados pela empresa Pharlab.**

Sem mais, estamos a disposição para maiores informações, se necessário.



Assinado de forma
digital por Jéssica
Soares
Dados: 2023.01.11
14:34:13 -03'00'

Jéssica Soares de Oliveira
Analista de Assuntos Regulatórios



Assinado de forma
digital por Rodrigo
Ferraz Pinheiro
Dados: 2023.01.11
14:34:13 -03'00'

Rodrigo Ferraz Pinheiro
Gerente da Qualidade / Responsável Técnico
CRF-SP: 84515



Rubiana Mori
2023.01.31 10:14:18 -03'00'

Rubiana Mori
Supervisora do departamento Comercial



ESCRITÓRIO COMERCIAL

Alameda Santos, 1165 | CEP 01419-002 | Cerqueira César - SÃO PAULO/SP - BRASIL | Tel +55 (11) 4081-1121



UNIDADE FABRIL

Av. Mario de Oliveira, 605 | CEP. 14781-160 | Dist. Ind. II - Barretos - SP | BRASIL | Tel +55 (17) 3321-0021



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
ORIGEM: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DO ITEM Nº 53 - BROMOPRIDA 4 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de cancelamento referente ao item **Nº 53 - BROMOPRIDA 4 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)**, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 20/2022** sob a justificativa de que ocorreu um desabastecimento do medicamento junto ao seu fornecedor.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do cancelamento do item nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

A empresa peticionante, em documento juntado aos autos solicita o cancelamento do item supra que **logrou** vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que houve um desabastecimento do item junto ao seu fornecedor.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do



3059
8Y

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para aquisitar bens e serviços, sempre garantindo a



3060
4Y

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, podendo chegar a um ano.**

Deste modo, o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Desta forma, o cancelamento de itens, nos moldes ora pleiteados, somente poderá ser realizado de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o cancelamento de itens da ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Assim o desabastecimento sazonal de medicamento no mercado é um dos fatos a ser considerado no momento em que realiza a proposta no certame, vez que este faz parte dos riscos assumidos pela empresa.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da situação eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o cancelamento do item, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua **comprovação por meio documental de forma contundente.**

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÀRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio a dificuldade do licitante em obter o produto a ser fornecido, relação jurídica da qual a Administração não faz parte, mas sim o licitante.

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do cancelamento do item da empresa solicitante, não havendo real motivo para que o argumento apresentado pela empresa prospere, uma vez que foram acostadas apenas cópias de comunicado de seu fornecedor, sendo que esta não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, **até porque em pesquisa no CMED verifica-se outras marcas.**

É necessária uma razão factual e não um desabastecimento de seu fornecedor para justificar o cancelamento do item, pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b)

gsh



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame não fornecer o item em apreço.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, *verbis*:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa licitante, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de



3065
48

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa solicitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO


Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa **CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI** sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 20 de março de 2023.

Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 60/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 20/2022

Interessado: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI – ARP Nº 124/2022

Após solicitação de cancelamento, às fls. 3.025/3.033, sobre o item **Nº 53 - BROMOPRIDA 4 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)**, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 3.058/3.065, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 23 de março de 2023



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 20/2022

Interessado: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI – ARP Nº 124/2022

Trata-se de solicitação de cancelamento do item **Nº 53 - BROMOPRIDA 4 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 124/2022, alegando, em síntese, o aumento de preço do fármaco, sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 3.058/3.065, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI, CNPJ Nº 23.228.076/0001-74, ARP Nº 124/2022**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 23 de março de 2023



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de cancelamento de item. Pregão Eletrônico nº 20/2022. Interessada: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI - CNPJ Nº 23.228.076/0001-74, ARP Nº 124/2022. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de cancelamento do item nº 53 - BROMOPRIDA 4 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL (GOTAS), conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Presidente Prudente, 23 de março de 2023.

